O VIVER ÀS MARGENS DAS ÁGUAS DOCES E TURVAS DO RIO IVAÍ: MEMÓRIA, HISTÓRIA E ORALIDADE

Sandra C. A. Pelegrini[1]

Resumo: O Ivaí é um dos principais rios do Paraná, no entanto, as últimas enchentes e as ameaças iminentes de construção de empreendimentos hidrelétricos no seu leito mobilizaram a população ribeirinha, especialistas e autoridades políticas. Para melhor compreender as questões envolvidas, tomar-se-ão como fontes depoimentos orais da população residente, entrevistas, matérias jornalísticas publicadas e a legislação que trata do assunto. A metodologia da história oral embasa a presente análise e aponta pistas sobre a necessidade de preservação dos modos de viver da população ribeirinha, das unidades de Conservação e Proteção Ambiental e dos bens arqueológicos guardados às margens do rio que serpenteia da nascente à foz, cento e sete municípios do Estado.

Palavras-Chave: memória; História; oralidade; patrimônio Cultural e Ambiental.

THE LIVING ON THE MURKY BORDERS OF THE RIO DO IVAÍ: MEMORY, HISTORY AND ORALITY

Abstract: Ivaí is one of the major rivers of Paraná, however, the latest flooding and the threat of imminent construction of hydroelectric projects mobilized the local population, experts and political authorities. To understand better the issues involved, shall be taken as fundamental documentary the oral testimony of the resident population, interviews and newspaper articles published and legislation that addresses the subject. The oral history ethodology underlies the present analysis and points out clues about the need to preserve the ways of living of the local population, Protected Areas and archaeological goods stored on the river, which meanders from it's source to the mouth, a hundred and seven towns.

Keywords: memory; History; orality; cultural and environmental heritage.

O rio Ivaí é um dos principais recursos hidrográficos da região Norte e Noroeste do Paraná. Ele serpenteia mais de cem municípios nessa região do Estado e ao longo de seu leito, delineia espaços de fronteiras, de encontros e de sociabilidades, onde o lazer e trabalho se misturam e se mesclam nas reminiscências de muitas gerações.

Sob o impacto das suas águas a história vai fluindo, homens e mulheres alimentam desejos e vão navegando de acordo com as correntezas que ditam os tempos

[1] Docente da Universidade Estadual de Maringá/PR – Brasil e do Mestrado em História – PPH/UEM. Coordenadora do Museu da Bacia do Paraná/UEM. E-mail: sandrapelegrini@yahoo.com.br

da pesca, editam práticas socioeconômicas e culturais, estimulam celebrações e lhes rendem tributo. Como dádiva da natureza, as águas doces dos rios representam o renascer diário das esperanças no porvir, mas também, desencadeiam pesadelos quando transbordam e passam a reocupar o lugar que lhes era de pertença antes da invasão de suas várzeas. Nestes momentos, os sonhos se transformam em tormentas, as perdas inevitáveis logo se transfiguram em desastres ambientais para alguns e tragédias advindas da vontade divina para outros. Passada a cheia, com o coração pleno de fé e expectativas, os ribeirinhos voltam e novamente reconstroem suas histórias.

Aliás, pelos caminhos dos rios se podem redescobrir histórias, memórias e romper mitos cristalizados nas narrativas historiográficas, fundados em referenciais nacionais, mas que devem ser estudados, a partir de ângulos focados na singularidade local ou regional[2]. Para a população ribeirinha do Ivaí ou para aquela que dele usufrui em momentos de lazer, o espetáculo das águas assusta tanto quanto fascina. Na calmaria, o nível da água baixa e faz aflorar uma paisagem diferente, as pequenas cascatas se mostram e a sonoridade gerada pelo encontro das águas com as rochas embala utopias e projetos não professados. Sons tão peculiares acalmam e trazem a tona memórias de tempos da meninice, quando era comum brincar à beira dos rios.

Antes da tempestade, o barulho da correnteza já avisava, sinalizava que era hora de recolher a rede ou a varinha de pescar. Há quem se arriscasse, mas o Sr. José Almeida (78 anos) continua prevenindo: "com a força da natureza não se deve mexer [...]; muitos camaradas morreram nessas águas; eram tinhosos... a gente falava pra voltar, mas o sujeito não ouvia". Com sorriso acanhado, mas brejeiro, acrescentava: "Um dia foram e não voltaram mais. A Nossa Senhora das Águas não conseguiu salvar..." – balança os ombros e lança seu olhar ao infinito [3].

Certo é que a relação dos homens com os rios os coloca em contato com outra ambiência: a aquática, onde há variedade de formas, cores e seres vivos. Para alguns, essa paisagem pode representar a beleza, a tranquilidade e o aconchego que lembra a intimidade do feto com a mãe; para outros, são insignificantes porque jamais estabeleceram vínculos com cursos d'água, riachos ou ribeirões. Seja qual for a sua

[2]Agradeço a colaboração de minha equipe de pesquisa do Centro de Estudos das Artes e do Patrimônio Cultural, em especial a João Paulo Pacheco Rodrigues e a Bruna M. Lacerda, com os quais tive a oportunidade de debater parte dos temas ora abordados.

[3] A Nossa Senhora das Águas é considera a santa protetora do Ivaí e do seu entorno, os devotos acreditam que ela já salvou muitos pescadores que se arriscaram nas correntezas do rio. Sobre a devoção à santa e as festas em sua celebração, consultar dissertação de Mestrado, defendida por João Paulo Pacheco Rodrigues, no Programa de Pós-graduação em História da UEM, intitulada: "A festa de Nossa Senhora das Águas e o Patrimônio Cultural de Ivatuba – Paraná" (2012).

denominação, as profundezas das águas guardam segredos que só os ribeirinhos conhecem e cabe aos historiadores decifrarem. O cenário, somado a sonoridade produzida pelo rio, está impressos na memória, integra experiências vividas, fortalece os sentidos de pertença e constitui *lócus* privilegiado da preservação de histórias transmitidas de geração a geração.

Ao historiador de ofício que toma a fonte oral como "evidencia" cabe depreender as interfaces entre o dito e o "não dito", mas acima de tudo, reconhecer as várias versões dos mesmos relatos, sem se render à poética envolvente das narrativas de modo acrítico ou como representação "fiel do acontecido". Destarte, o que realmente interessa é a tentativa de compreender os modos de viver das pessoas, suas experiências e seus segredos mais singelos ou investigar os embates pela memória e as pistas que, em última instância, as resguardaram? Em ambos os casos, talvez, seja mais prudente percebermos as formas de recontar o passado por parte de distintos sujeitos sociais.

Ademais, as reflexões sobre a dinâmica da história oral não podem ser dissociadas das memórias que, de longe, não podem ser tomadas pelos pesquisadores como "receptáculos passivos" ou "sistemas de armazenagem" de referências, como se tratasse de um "banco de imagens memorialistas". Logo, a apreensão da oralidade permite ao historiador alargar os horizontes de sua pesquisa, aquiescer o seu reverso, indagar os esquecimentos, os termos silenciados mediante duas temporalidades: o passado e o presente. Como assevera Portelli: "[...] estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideologicamente ou culturalmente mediadas" (1999, p. 106).

Aliás, como o próprio autor salienta, a história oral constitui uma opção metodológica eficiente para a interpretação das problemáticas humanas que enredam os sujeitos, as culturas e as identidades, e ainda, se institui como valioso instrumento para a percepção dos processos de desenraizamento e pulverização de práticas culturais. Essa metodologia possibilita ao historiador observar "padrões", "estruturas" e "motivos discursivos" compreensíveis em seu conjunto, pois entre eles há "elementos coletivos e compartilhados" que podem ser suficientemente claros para que sejam tomados como documentos representativos de uma dada cultura ou segmentos sociais (PORTELLI, 2010, p. 182).

A historicidade do Ivaí está, portanto, vinculada à história comum aos ribeirinhos e aos demais cidadãos que vivem nos municípios serpenteados por ele, mas envolvem também aqueles que inicialmente ocuparam suas margens como as

populações de caçadores coletores pré-cerâmicos da tradição Humaitá, as tribos Guaranis e Kaingangs (MOTA, 2012, p.106-114); e depois, os imigrantes de vários países e migrantes paulistas, nordestinos e catarinenses, cujo destino era reocupar as terras que outrora eram cultivadas pelos indígenas e caboclos que viviam na região.

Essa primeira impressão jamais nos levaria a supor que há oito ou nove mil anos atrás, os povos indígenas habitaram as margens do rio Ivaí e lá deixaram as marcas de sua existência, comprovadas por meio de achados líticos e artefatos cerâmicos encontrados, classificados e protegidos[4]. Quem poderia imaginar que daqueles tempos aos dias atuais, da nascente à foz do rio, as caudalosas águas turvas do Ivaí iriam abrigar cardumes de corimbas, pintados, mandis e dourados – espécies muito apreciadas pela população residente, base e insumo de pratos típicos reverenciados em festas cívicas e religiosas.

Nascido do encontro entre os rios dos Patos e São João, próximos da cidade de Prudentópolis[5], o Ivaí deságua em um dos braços do rio Paraná. Neste encontro, se intensificam os tons avermelhados das águas, variante do solo rico em minerais e ferro resultante da decomposição de rochas basálticas que formam o leito do rio, cuja vazão média é de 363 metros cúbicos. Em Porto Felício (Querência do Norte) [6] se vê a confluência entre os dois rios, manifestação que implica instabilidades hidrodinâmicas com formação de vórtices[7], fenômenos considerados similares aos observados na junção dos rios Negro e Solimões, na formação do rio Amazonas. Assim é que na cidade supracitada realiza-se a "Festa do Encontro das Águas", evento síntese do entusiasmo nutrido pela população residente em relação ao rio que tem seu dia comemorado no calendário oficial do Estado, em 21 de abril.

Tais águas, porém, com o passar de décadas de ocupação, receberam todo tipo de lixo urbano, resíduos de agrotóxicos e produtos químicos industrializados causadores de danos irreversíveis e agressões incontestáveis ao meio. Todavia, sabiamente o rio as devolve aos homens nas enchentes ou nos pontos onde suas barrancas sinuosas represam detritos e entulhos.

---

[4] Desde 1999, no Programa de Pós-graduação em História da UEM (mestrado), vem sendo realizadas pesquisas sobre os vestígios arqueológicos da região.

[5] Prudentópolis é um município localizado na região sudeste do Paraná e ocupa uma área de aproximadamente 2.308 km², localiza-se ao lado da BR-373, entre Ponta Grossa e Guarapuava.

[6] O Município de Querência localiza-se a cerca de duzentos quilômetros de Maringá.

[7] O vórtice constitui é um escoamento giratório onde as linhas de corrente apresentam um padrão circular ou espiral. São movimentos espirais ao redor de um centro de rotação.

Impossível não reconhecer que o Ivaí continua sendo fundamental para o desenvolvimento da região. Desde os primeiros tempos, os agricultores que se deslocaram para as áreas banhadas por ele, deslumbraram-se com a possibilidade de adquirir um quinhão de terras às margens do rio, onde plantariam as suas lavouras de café e futuramente cultivariam algodão, milho, trigo e soja. O custo seria alto: as matas ciliares não resguardadas e a indefesa floresta render-se-iam frente à violência dos machados, dos traçadores e das enxadas dos desbravadores que chegaram ávidos para "plantar o progresso" e "colher a prosperidade" – como se proferia nessas paragens.

A beleza do rio encantava os visitantes e os transeuntes aventureiros que seguiam suas correntezas, a cor de suas águas legitimava a tão decantada fertilidade do solo, conhecido popularmente como "terra roxa"! Não ao acaso, os panfletos e filmes publicitários das companhias loteadoras se apropriavam de tais propriedades e apelavam para natureza diversificada e grandiosa das espécies nobres que cresciam frondosas nesse solo. A altura das árvores e o diâmetro de seus troncos, não raro, motivavam fotógrafos a registrarem o momento em que vários homens, de mãos dadas, tentavam abraçá-los, de modo a evidenciar quão grandes eram as suas dimensões.

O mesmo ocorria quando a floresta, já devastada, fornecia a matéria-prima para a edificação das inúmeras cidades, fundadas entre as décadas de 1940 e 1950. Incontáveis são as fotos pertencentes aos primeiros moradores ou aos arquivos das municipais focadas no flagrante de imagens de caminhões, carregados de torras transitando pela região. Essas cenas representavam a domesticação da natureza pelo homem, signos do progresso que estava sendo conquistado pelos denominados "pioneiros" endinheirados. Dizia-se, segundo o depoimento dos primeiros moradores, "tudo que se planta dava", enquanto os agricultores alimentavam a utopia de enriquecer a partir da lida diária e trabalhavam dias a fio, sob o sol escaldante, com a certeza de terem encontrado o "Eldorado".

Os depoimentos e as falácias sobre a produtividade do solo da região eram (e ainda são) comuns: contava-se até que, certa feita, um pé de couve-flor cultivado por caboclos cresceu tanto, mas tanto, que à época da colheita já possuía tamanho extraordinário. O vegetal teria se tornado maior do que a criança recém-nascida da família que vivia e plantava hortaliças nessas terras. Este "causo" poderia ser comprovado? As características dessa tipologia oral, se observadas à luz da antropologia da experiência e com base em duas vertentes, quais sejam a das narrativas como expressão do conhecimento popular e as narrativas como performance, correspondem

ora às façanhas pessoais, ora às peculiaridades do *ethos* local, tais como o apelo à ruralidade, aos mitos do enriquecimento rápido, às vivências cotidianas e à mobilidade dos indivíduos nas fronteiras[8].

Mas, pelo sim, pelo não... Eis aqui o que os historiadores denominam um "documento imagético" ou uma "evidencia histórica":

Imagem 1. A criança e a couve
Acervo da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná - Museu Bacia do Paraná (MBP/UEM)

Inegavelmente, a análise dos registros fotográficos demanda perspicácia do pesquisador para decodificá-la e compreendê-la a partir de suas proposições temáticas, de seus suportes materiais, da habilidade e do *savoir-faire* dos seus produtores. Do ponto de vista de Jacques Aumont (2006, p. 66), a análise de tais imagens exige a assimilação de "fragmentos de um espaço tridimensional e de arranjos espaciais" – uma operação que implica interpretar e, por conseguinte, apreender os valores e insígnias de conjunturas vivenciadas, de memórias resguardadas. Daí a necessidade de se avaliar o contexto no qual elas foram concebidas, produzidas, vistas e interiorizadas.

De todo modo, é preciso lembrar a astúcia dos divulgadores das benesses naturais das terras comercializadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) [9] e suas signatárias. É certo que os corretores de glebas localizadas nas imediações do Ivaí enalteciam a generosidade do "rio provedor", considerado responsável por deixar as

[8] Para aprofundar o assunto consultar a tese de doutorado de Luciana Hartmann (2004).
[9] Como companhia subsidiária da empresa inglesa Paraná Plantations e em decorrência da eclosão da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, tal administração se viu impelida a vender suas ações aos interessados brasileiros, passando a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

terras ainda mais férteis e produtivas[10]. Os seiscentos e oitenta quilômetros de percurso, com uma área total de 36.54 km², já ostentavam a força de um rio capaz de reunir em torno de si, espaços de sociabilidades e de trabalho como a pesca, a agricultura, a produção artesanal de tijolos de argila, e também, o lazer, pois às suas margens foram erguidos condomínios de veraneio, pousadas e instâncias termais e turísticas.

Se for correto afirmarmos que a Companhia Melhoramentos intermediou as transações de compra e venda dos primeiros lotes rurais e urbanos, será válido asseverarmos que múltiplas expectativas de prosperidade impulsionaram os "pioneiros" a se deslocarem para o Paraná. Todavia, ao se colocar como propulsora de riquezas e do trabalho, sem dúvida, a empresa instigou o imaginário do "*lócus* perfeito", alimentado pelo *merchandising*, cujo teor supervalorizou os predicados do solo e as vantagens do clima ameno da região – aspectos considerados probatórios do quão harmonioso e próspero era o Norte do estado, descrito nas páginas da Publicação Comemorativa do Cinqüentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975, p. 8).

A despeito disso, muito antes dessa época, o rio Ivaí ofereceu orientação, alimento e refúgio para europeus que passavam por essas paragens, no século XVI, ávidos por aventuras e pela descoberta de ouro e pedras preciosas.

Impressões de viagem

Aleixo Garcia e Alvar Núñez Cabeza de Vaca são alguns dos viajantes que efetuaram registros relativos às características naturais do relevo e da vegetação, da fauna e da flora dessa região, respectivamente em 1524 e 1541. Já nos anos finais deste século, vieram os padres jesuítas, fundadores das Reduções ou Missões como Jesus-Maria, *San Pablo Del Inai* e Santo Antônio, além, da cidade *Villa Rica Del Espiritu Santo* (PARELLADA, 1993).

Mas isso não é tudo, no "Rio das Frutas", denominação atribuída pelos índios guarani ao Ivaí, navegaram os membros das bandeiras de Raposo Tavares (1628), trafegaram os homens das comitivas oficiais de Afonso Botelho, comandada pelo capitão Francisco Nunes Pereira (1771) e naufragaram os anseios da comitiva do

[10] Há coerência nesta ênfase porque as terras úmidas formadas de segmentos de rochas enriquecidas por "óxidos hidratados de ferro e por carapaças e couraças ferruginosas", também são elementos que evidenciam a qualidade do solo, além de contribuem para a coloração avermelhada dos rios Ivaí e Piquiri. Cf. MANIERI (2010, p. 22).

general Muricy que esperava garimpar aquilatadas relíquias nas ruínas de *Vila Rica* (1896). Segundo Lucio Tadeu Mota e Francisco Noelli (1999), os engenheiros Keller, em 1865, mergulharam nas explorações geográficas; enquanto os camaradas da expedição de Thomas Bigg-Witter, cerca de sete anos mais tarde, traçaram o percurso das primeiras linhas férreas que uniriam as regiões dos rios Ivaí e do Tibagi. A empreitada de Edmundo Mercer para construção de uma estrada (1910) e a exploração do geofísico Reinhard Maack (1933) também devem ser mencionadas (PELEGRINI; LACERDA, 2013).

O Ivaí, como unidade hidrográfica[11] é o guardião da heterogeneidade biológica regional, porque abriga faixas de transição entre os cerrados e as matas de Araucária, além da quase extinta Floresta Semidecidual, do bioma Mata Atlântica. A bacia conta com áreas de conservação e de proteção ambiental, corredores de biodiversidade e reservas particulares do patrimônio natural. Entre elas, a Unidade de Conservação Vila Rica do Espírito Santo, no município de Fênix e a área de proteção ambiental estadual da Serra da Esperança, em Prudentópolis.

Do ponto de vista de Parolin:

> [...] a bacia hidrográfica do Ivaí está totalmente inserida em território paranaense, o que lhe confere o título de maior rio genuinamente paranaense, isto é, nasce, percorre e deságua dentro dos limites territoriais do estado (2010, p. 64).

Ademais, é um dos poucos rios do estado que ainda possui seu leito livre de barragens, entretanto, não faltam especulações em torno do seu potencial e das possibilidades de seu aproveitamento hidroelétrico.

Tanto quanto antes, o Ivaí continua sendo crucial para o desenvolvimento da região, pois garante a captação de água a ser distribuída nas áreas rurais e urbanas, oferece suporte à agricultura e à pecuária desenvolvida em pequenas propriedades e já dá vazão para os "negócios turísticos" responsáveis pela exploração do turismo ecológico em antigas fazendas. As casas dos colonos customizadas e transformadas em "chalés", a comida caseira e atividades como pescarias, cavalgadas, caminhadas em trilhas guiadas na floresta e arborismo são algumas das propostas que norteiam esses empreendimentos apoiados pela Rede de Turismo Regional (RETUR).

[11] Os seus principais afluentes são os rios Alonso, Paranavaí, Antas, Corumbataí, Mourão, Ligeiro e Índios (PEREIRA; SCROCCARO, 2010).

O "Hotel Fazenda Água Azul" [12] é um tipo de empreendimento turístico que aposta na oferta de formas de lazer consideradas mais naturais e saudáveis: oferece comida caseira, coloca a criançada em contato com aves e animais de pequeno porte que elas, por excesso de urbanidade, ainda não conhecem. A despeito do cenário criado para explorar a chamada "cultura caipira", são fomentadas reminiscências das pessoas que viveram no campo ou que têm na memória as histórias contadas por seus pais e avós, por meio da organização de rodas de viola, reunião de trovadores e contadores de "causos" à beira da fogueira e sob a luz do luar. Outras pousadas em propriedades menores tem se estabelecido em sítios ou chácaras, de modo a garantir renda aos seus proprietários, uma vez que a agricultura familiar sobrevive com dificuldades e impera na região grandes propriedades de cultivo de soja, trigo e milho totalmente mecanizados.

Apesar disso, a população residente nas cidades banhadas pelo Ivaí tem demonstrado apreensão frente às últimas cheias do rio e as especulações sobre a desapropriação de suas terras para construção das centrais elétricas.

Um sinal de alerta: patrimônio arqueológico, fauna e flora sobre ameaça.

No jornal *Tribuna do Interior*, de 14 de julho de 2012, uma das manchetes chamava a atenção para o fato de que apenas quatro por cento do Parque Estadual Vila Rica[13], um dos cartões postais da cidade de Fênix poderia ficar submerso, caso fossem construídas centrais hidrelétricas no Ivaí. A notícia gerou muitas especulações e as pessoas começaram a se mobilizar, como é o caso do Pró Ivaí/Piquiri, um movimento que reúne representantes de sindicatos rurais, estudantes, membros das comunidades ribeirinhas, religiosos e demais interessados em defender os rios Ivaí e Piquiri; suas ações centram-se na realização reuniões socioeducativas nas cidades que serão impactadas por este projeto no rio Ivaí, caso ele seja implantado (PELEGRINI; LACERDA, 2013, p. 6).

O alagamento do sítio arqueológico se concretizado, segundo a matéria supracitada, trará perdas incalculáveis para o meio e para os munícipes – algo

[12] O referido hotel localiza-se na Estrada Caminho do Peabiru, KM 4,5 - Bairro Arurau, entre os municípios de Quinta do Sol e Fênix, cerca de 80 quilômetros de Maringá e 450 de Curitiba, capital do Paraná. Sobre o tema, consultar o livro "Turismo & Patrimônio em tempos de globalização" (2010).

[13] O Decreto nº. 6.125, de 16 de janeiro de 1983, promulgado pelo Governo do Estado do Paraná, transformou a "Reserva Estadual" de Fênix, em "Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo".

incompreensível porque a área já fora tombada pelo Departamento do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), em 1948, por força da Lei Estadual nº 33, e reconhecida em local de Reserva Florestal Estadual, através do Decreto nº 17.790/1965. O local foi declarado área de preservação ambiental desde 1983.

Os vestígios de uma antiga cidade colonial foram protegidos pela vegetação rasteira e pela floresta, e desta forma, o sítio arqueológico preservado salvaguardou resquícios da vida dos seus antigos habitantes. Trata-se de um espaço de memória, tomado como legado cultural paranaense, abrigado no Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, uma área de proteção integral da Floresta Semidecidual, do Bioma Mata Atlântica, localizada no município de Fênix.

Esses achados rastreados nas imediações do município de Fênix pelos pesquisadores Chymz nos anos sessenta, pelos irmãos Keller na década de 1985 e por Parellada no decorrer da década de noventa do século passado, revelaram a existência de uma cidade com cerca de 300.000 m². Trata-se de uma infraestrutura colonial clássica: a igreja, o cemitério, a prefeitura, a cadeia pública e as moradias construídas em taipa de pilão.

A origem dessa cidade arqueológica está ligada ao Tratado de Tordesilhas, celebrado entre Portugal e a Espanha em 1494, no qual os dois países estabeleceram limites territoriais de ocupação colonial. Na época ficou estabelecido que a área a oeste de Paranaguá ficasse sob o domínio espanhol, onde posteriormente foram fundadas as cidades de *Ontiveiros* (1554), *Ciudad Real Del Guaíra* (1556) e *Vila Rica Del Espiritu Santo* (1570-1632) (MOTA; NOELLI, 1999, p. 26).

Segundo a argumentação de Jurandir C. Aguillar (2012, p. 148), quase meio século depois, entre 1580 e 1640, jesuítas estabeleceram-se na região e como frente missioneira espanhola, promoveram a catequização dos indígenas e garantiram que trabalhassem "resignados" no sistema de *encomiendas*. Doze anos após a instalação dos padres dessa congregação, *Vila Rica* foi transferida para as margens do rio Ivaí, nas proximidades da foz do rio Corumbataí, algo que parece não ter sido vantajoso, pois ficaram para trás "índios *encomiendados",* principal mão de obra dos colonos espanhóis utilizados para a exploração da erva-mate, uma espécie de moeda de troca na região do remoto Guairá (SCHALLENBERGER, 2012, p.33).

Nas cercanias da vila foram instaladas as Reduções de San José, San Pablo Paulo e Los Angeles, mediante doação de área para a construção de uma igreja e uma casa para os padres jesuítas, por parte do Capitão Guzm, fundador da vila

(PARELLADA, 1993). O empreendimento espanhol não tardou a ser invadido por bandeirantes paulistas interessados em capturar índios para servirem nas fazendas paulistas. Após 1632, a vila foi praticamente esvaziada, no entanto, as expedições lideradas por Afonso Botelho e Francisco Lopes da Silva (1771) e a comitiva do General Muricy (1896), com vistas a garimpar pedras preciosas e demais riquezas dos villariquenhos contribuíram para dizimar o vilarejo.

Diante da possível construção de pequenas centrais hidrelétricas no leito do rio Ivaí todo esse patrimônio histórico, cultural, paisagístico e natural poderá ficar submerso em um reservatório. Os impactos ambientais e culturais causados pela edificação de um empreendimento dessa natureza colocam sobre risco de desaparecimento de mais de 353,86 hectares de história e memória.

Logo, tal situação tem suscitado celeumas entre aqueles que aprovam o investimento e aqueles que se opõem ao projeto, estes últimos alegam que a relevância do sítio arqueológico e da área de preservação ambiental deveria ser considerada em primeira instância, e lembram que as enchentes exigem soluções mais urgentes.

As cheias do Ivaí

As cheias são fenômenos naturais e apenas geram transtornos quando as várzeas dos rios não são respeitadas. Assim, desde meados de 1964, a região banhada pelo Ivaí não enfrentava inundações tão intensas, quanto à ocorrida em junho de 2013: vários municípios foram inundados, pontes e estradas foram interrompidas pela água que subiu muito acima nível do leito do rio. Ocorre que, segundo o Instituto Tecnológico SIMEPAR, as chuvas torrenciais triplicaram o volume normal esperado para aquele mês.

O meteorologista Lisandro Jacobsen, em entrevista ao jornal *O Diário de Maringá*, afirmou que teria havido uma conjunção de fatores contribuintes para o aumento das chuvas. Já a Força Verde revelou que em Umuarama, cerca de 100 mil pessoas foram afetadas pela chuva e pela erosão[14]. Em Prudentópolis, o número de desabrigados chegou a 18 mil pessoas e em Irati a 13 mil; no estado foram interditadas sete rodovias, que ligavam as regiões sul, sudeste, centro-oeste e noroeste.

[14]. Entrevista realizada Entrevista com André Moreira, no dia 25 de junho de 2013. Local Ivatuba, duração: 45 min.

A população dos municípios de Doutor Camargo, Floresta, Godoy Moreira e São Pedro do Ivaí tiveram muitas casas alagadas, mas a situação foi pior em Ivatuba. Segundo o Capitão da Força Verde, André Moreira[15], em 1973, ano que teria acontecido a última grande enchente na cidade, o nível do rio Ivaí teria subido sete metros, mas, nessa última, o nível chegou a 16 metros, "[...] algo jamais vivenciado pela população local". No Condomínio Pontal do Ivaí, oitenta por cento das casas foram alagadas, já no "Recanto do Sossego" todas ficaram submersas.

A desobediência ao Código Florestal de 1965 corroborou para a invasão dos limites impostos pela Lei 4771/6, segundo o qual, no parágrafo terceiro, do seu artigo segundo ficava prescrito: "Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação naturais situadas: de 100 (cem) metros para todos os cursos, cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros" [16].

Em 25 de junho de 2013, já se podia detectar a extensão da enchente no ápice das inundações no Pontal do Ivaí, um dos condomínios de Ivatuba, onde o volume do rio havia alcançado a maior marca dos últimos cinqüenta anos. Tal fato, segundo o Sr. João Henrique Antunes Ruiz, policial do corpo de Bombeiros, as inundações seriam decorrentes "[...] principalmente pelo volume da chuva em todo estado no mês de junho, que foi o maior da década, mas também, devido à incapacidade do solo em esgotar a chuva infiltrada e o descaso do ser humano, poluindo o ambiente que vive" [17].

Na mesma direção, o Capitão Sr. André Moreira, da Força Verde, explicou:

> [...] essa incapacidade do solo esgotar a água da chuva, se deve a construção de ruas, calçadas e casas nos condomínios, o desmatamento e o assoreamento, encostas e reservas dos rios que contribuíram para minimizar o solo e a concentração das águas[18].

Nos períodos em que as casas estiveram alagadas foram recorrentes o aparecimento de animais peçonhentos que tiveram seu habitat modificado, de moveis e eletrodomésticos flutuando no leito do rio. No início de julho, os trabalhos de limpeza e de reconstrução das casas dos condomínios supracitados contaram com o auxílio da prefeitura de Ivatuba e a utilização de equipamentos de outros municípios (em mutirão). Além disso, segundo o Sr. João Paulo Pacheco Rodrigues, a Secretaria de Assistência

[15]Idem.
[16] Artigo dois, do Código Florestal - Lei 4771/65. Parágrafo 3º: "Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação naturais, situadas de 100 (cem) metros para todos os cursos com largura superior a 200 (duzentos) metros".
[17] Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2013, com 20 min de duração.
[18] Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2013, com 30 min de duração.

Social visitou as casas, ouviu as necessidades de cada uma das famílias e arrecadaram alimento e bens como fogões, máquinas de lavar, camas, colchões, kits de cozinha, cama, mesa e banho.

Em termos sociais, a cheia do Ivaí causou muita perturbação como se pode observar no depoimento de uma das moradoras do loteamento mais atingido da localidade:

> A minha casa era de madeira, perdemos tudo. Guarda-roupas, colchões, televisão, geladeira, sofá. O nível do rio subiu com uma força tão grande que não deu tempo de retirar nada de casa. Saímos com a roupa do corpo [...] É muito triste ver a casa que você mora [...] estar de baixo d'água e você não poder fazer nada[19].

Os olhos da mulher se encheram de lágrimas e ela não conseguiu mais falar. Moradores de outras regiões também passaram por este infortúnio, o Sr. João Gonçalves, morador de Floresta afirmou indignado:

> Sabe... Olha aí o resultado da tecnologia, o povo não respeita mais o rio, constrói ponte, estrada, joga lixo... Uma hora isso ia acontecê... Nossa família não perdeu tudo porque nossa casinha fica lá em cima na parte arta do sitio, já a do meu genro... Perderam quase tudo, até a criança quase morreu. A sorte que um vizinho acudiu.
> E agora já tão falando da construção de barragem e hidrelétrica, já pensou? Vai muda o curso do rio, as pessoas vão ficar sem seu lugar[20].

A consternação tomou conta da população dos municípios banhados pelo Ivaí, e dada à gravidade da situação, o Governador Beto Richa decretou "Estado de Emergência", de modo a garantir o acesso a recursos federais destinados a assistir aos munícipes mais fragilizados. Ao sobrevoar a região Norte e Noroeste do estado, em especial o entorno de Paranavaí, Richa vislumbrou inundações causadas pela cheia do Ivaí, acionou a Defesa Civil para atender as cidades mais afetadas pelas chuvas, por conseguinte, afiançou em 27 de junho de 2013: "Estamos atendendo prontamente as pessoas que sofrem com as chuvas, que precisam do socorro do poder público", na ocasião referia-se a Mirador, município que ficou isolado em decorrência da submersão da ponte sobre o rio Ivaí[21].

---

[19] Entrevista com a senhora Mel Abreu, realizada no dia 8 de julho de 2013, concedida no abrigo do Centro de Convivência Municipal a João Paulo Pacheco Rodrigues, em Ivatuba, com duração de 30 min duração.

[20] Entrevista com Sr. João Gonçalves realizada no dia 28 de junho, Floresta, com duração de 23 min.

[21] Notícia anunciada em jornais impressos, telejornais e noticiários publicados pela internet. Refiro-me aos jornais *Gazeta do Povo*, *O Diário do Norte do Paraná*; *Folha de Londrin*a; telejornais da RPC e respectivos sites.

Quando o nível das águas baixou e a vida foi voltando ao "normal", na medida do possível, houve oportunidade de visitar as cidades atingidas e entrar em contato com alguns moradores, entre eles o Sr. Manuel Rodrigues (59 anos), que ao ser indagado sobre a memória que tinha das cheias do rio Ivaí, prontamente respondeu: "[...] A gente não lembra bem, mas o pai conta que coisa igual a essa não acontecia desde muito, muito tempo [...]" [22]. Ele lembra que ainda era ainda criança quando isso aconteceu, mas não tem clareza da época específica, então chama o irmão mais velho para ajudar a relembrar. Na seqüência, o Sr. José Rodrigues (68 anos), acrescenta:

> Na cheia, eu era pequeno e o pai tentou tirar tudo que dentro da casa, era pouco, mas era tudo o que nós tinha naqueles tempos de trabalho duro na roça. Depois da cheia, voltamos pra casa de madeira, tiramos a lama e limpamos tudo com água do próprio rio. Lembro da mãe faxinando dias a fio, reclamando da sujeira e das coisas encardidas que sobraram. Às vezes chorava coitada, porque tinha perdido um lençol que era do enxoval dela, bordado pela minha bisavó[23].

Após longo silencio e com a voz ainda embargada, o agricultor aposentado se refez e continuou falando:

> Mas o rio é bonito... De sábado, domingo e dia santo nós pescava logo cedo, depois, passava na mercearia e já garantia o dinheiro pro pão. Primeiro a obrigação, então pescava e depois brincava. Tudo era festa pra nós, juntava toda molecada, uns 8 primo e saia tudo faceiro, pra nós era tudo diversão. Na brincadeira, a gente apostava quem pegava mais peixe, nadava mais fundo, pulava do tronco das árvore. Ainda me lembro dos grito da criançada, das águas agitadas. Ah! E as recomendação da avó, da mãe, das tia... Uma dizia: cuidado pra não afundar e prender o pé no mato do fundo do rio [...] as outra gritava não pula onde tem pedra, pode quebrá a cabeça... Elas ficavam falando, quase gritando, enquanto a molecada corria... Bons tempos aqueles! Por isso, nós é contra essa idéia de construção de barragem e central elétrica. Os mais prejudicados somos nós. Vamo fica sem nada...[24].

Novamente, o Sr. Zé Rodrigues tentava fugir do tema central da entrevista, pois as recordações implicavam o enfrentamento de uma situação real vivenciada e não era nada fácil pensar no recomeço.

> O Ivaí é tudo pra nos aqui de toda essa região, desse mundão de Deus. Agora aconteceu isso, castigo... Ninguém tem mais temor a nada, não

[22] Entrevista com Sr. Manuel Rodrigues (59 anos), realizada no dia 29 de julho de 2013, na praça central da cidade de Mirador, com duração de 01h45 min.
[23] Entrevista com o Sr. José Rodrigues (68 anos), realizada no dia 29 de julho de 2013, na praça central da cidade de Mirador, com duração de 01h45 min.
[24] Idem.

> respeita nada... Isso é todo mundo, os rapaiz, as moça, os menino, até os velho... Ninguém mais respeita dia santo... [25]

"Antigamente – acrescentou o Sr. Manuel – todo que é dia santo era santo mesmo, o pai e a mãe fazia novena, as pessoas rezava o terço e nos não trabaiava, tirava o dia pra rezar e pescar". E continuou:

> É, naqueles tempos, toda gente respeitava o rio, a força da natureza... Mais naqueles tempos, não existia essa coisa de aquecimento grobal que fala na TV, num é Zé? Agora é essa tristeza toda aí e vai fica pior com a história das barrage[26].

Mudando o rumo da prosa, o Sr. José Rodrigues disse: "Mais, óia aí, o rio é bonito demais da conta! É uma belezura! Prá que barrage? A questã maior é essa novidade de construção de barragem, num precisa disso não [...]" [27].

O Sr. Manuel Rodrigues apenas balançava a cabeça em concordância com o irmão, e vez por outra, acrescentava algum dado. Mas, quando outros senhores perceberam o assunto que estava sendo tratado, logo se prontificaram a falar também, no entanto, a mesma situação se repetia. Eles iniciavam seus depoimentos contando sobre o flagelo da enchente, comentavam os problemas daqueles que chamavam de "gente nossa" – referências aos amigos, familiares e conhecidos. Em seguida, voltavam a contar "causos de pescaria", contidamente riam um dos outros, mas, depois voltava a reinar o silencio. Somente a partir de estímulos, ou seja, de perguntas diretas, eles retomavam a conversa e comentavam as dificuldades do município, as ações dos governantes (do prefeito aos vereadores) e o problema da retomada do projeto de construção de hidroelétricas[28].

A conversa foi interrompida quando o homem, chamado a ajudar outro conhecido, se despediu. Era mais prazeroso relembrar os tempos de meninice, porque reviver aqueles anos acalantava o coração sofrido e os auxiliava a encarar a realidade cotidiana repleta de desafios.

---

[25] Idem.
[26] Entrevista com Sr. Manuel Rodrigues (59 anos), realizada no dia 29 de julho de 2013, na praça central da cidade de Mirador, com duração de 01h45 min.
[27] Entrevista com o Sr. José Rodrigues (68 anos), realizada no dia 29 de julho de 2013, na praça central da cidade de Mirador, com duração de 01h45 min.
[28] Entre os entrevistados estavam aposentados por tempo de serviço ou invalidez, predominavam homens, mais de 14 deles falavam ao mesmo tempo. Não foi possível registrar os nomes e dados pessoais de todos.

Nesse momento, um senhor franzino, com cerca de uns oitenta e poucos anos, se aproximou e manifestou o desejo de conversar. Muito detalhista e calmo, ele narrou parte de suas experiências na época das chuvas e mostrou-se mais preocupado com o que estava por vir, ou seja, a possibilidade de construção de barragens e usinas ao longo do curso do rio Ivaí.

Inicialmente como se nada estivesse acontecendo ao seu redor, o Sr. Térsio Pangoni (83 anos) começou a descrever:

> [...] eu tinha o tamanho daquele moleque ali, mas eu já tirava o sustento do rio, lá pros lado de Guaíra, antes de encherem o lago e acabarem com as Sete Quedas, a senhora conhece? Aí, eu pegava e armava uma redinha em quarquer lugar do barranco, aí nóis pegava pintado de oito a dez quilos, tinha peixe abundante aí, nem precisava ir lá pro meio [...] Depois da barragem tudo mudou, nós viemo pra cá, mas tem época que é dificir pega um mandi, um lambarizim, das veiz pega uns corimba, uns dourados... Mas não é mais como antigamente, peixe grande é coisa rara [...] A nossa vida era no rio Paraná[29].

Ao reconstruir suas vivencias de infância, o senhor Pangoni como era mais conhecido entre os moradores, retomou o sentido do rio na sua vida, revisitou a meninice e usava da mesma linguagem de outrora, revivia suas lembranças: "armava uma redinha em quarquer lugar do barranco, aí nóis pegava pintado de oito a dez quilos". Ainda menino inseriu-se no mundo do trabalho para ajudar os pais: o imaginário pueril se mesclava com a responsabilidade do adulto e remetia ao cotidiano da população ribeirinha, entre as quais as brincadeiras de infância se misturavam com a lida diária do trabalho – conhecimentos adquiridos e transmitidos pelos membros da família, de pai para filho.

Os divertidos banhos de rio misturavam-se às atividades necessárias à sobrevivência, entretanto, não demonstrava mágoa, pelo contrário, ao afirmar "nossa vida era no rio Paraná" transmitia a emoção e a alegria de, por alguns instantes, reviver o que era a vida do pescador de ofício. Tanto é que acrescentou:

> Ser pescadô hoje continua sendo arriscado, mais não é mais tão dificir. É perigoso quando chega a tempestade e nois tá nomeio do rio. Naquele tempo, uma ventania mais forte derrubava e levava o pescadô, o seu bote, a corda, os peixe. Se o vento era do Norte, levava tudo mesmo. O cabra tinha que ser tinhoso, homem de coragem. Tem

[29] Entrevista com o Sr. Térsio Pangoni, concedida no portão da residência situada de fronte à pracinha da cidade de Floresta, no dia 28 de junho, Floresta. Tempo de duração: 55 min.

> que respeita a natureza até hoje. Tá aí a Nossa Senhora das Água de quem sou devoto, mas ela pede prá honra e respeita a natureza[30]·.

A memória oralmente confiada pelo Sr. Pangoni faz aflorar a sua identidade ribeirinha que aos poucos foi se reestruturando, apesar de viver a tantos anos na cidade; a relação do homem com a natureza e o sagrado (a fé) evidencia a necessidade de conviver com o inesperado.

Rememorar e deixar-se falar implica interpretar a própria história e o reconhecimento de que o passado não está estancado, nesse caso, parecem ficar no ar as respostas que ainda não foram dadas. Como explicar por que sua vida teve de mudar tanto? Por que foi preciso silenciar as Sete Quedas, porque até hoje as autoridades políticas não tomam providencias para evitar o sofrimento do povo ribeirinho?

Respostas a essas indagações não se tem, porém as questões levantadas demonstram que experiências vividas não ficaram submersas no lago, elas vêm à tona quando nova ameaça incide sobre os modos de viver da população que se vê a mercê da criação de novos empreendimentos hidroelétricos.

Ao chamar para conversar, na verdade, o Pangoni estava antecipando as preocupações com as especulações sobre a construção de usinas no Ivaí. A enchente para ele era passageira, o que o preocupava era o futuro de seus netos e bisnetos. Ele não desejava que eles experenciassem as perdas que ele tivera. “A cheia – dizia ele – vem e passa, deixa tristeza... Mas passa, a pessoa luta e reconstrói a vida”. A sua inquietação maior agora era outra e muito mais angustiante: “[...] por que os homens muda o curso da natureza, muda o leito do rio, acaba com tudo e pra que?”.

A sua narrativa respingava inquietações resultantes das interfaces entre o presente e o passado, o evento da inundação das Sete Quedas a abertura das comportas da barragem e a vida ficando cada vez mais complicada para garantir o sustento amarguravam a população ribeirinha. Naqueles tempos, tudo naufragou junto com a vegetação e as cachoeiras, inclusive as pequenas casas comerciais sustentadas pelo turismo.

Ana Paula dos Santos, em “Lago de Memórias: a submersão das Sete Quedas” (2006, p. 111-112), concluiu que aquela população sofreu perdas irreparáveis e na transcrição da entrevista com o pescador João Lima Moraes (55 anos), residente em Guaíra, relata que apesar e tudo, ao “juntar o vivido” e “os espaços de passado”

[30] Idem.

reforçaram naqueles sujeitos os sentidos de pertencimento ao grupo. Segundo suas palavras,

> Nem o espaço, nem o tempo passado são perdidos, uma vez que a memória cumpre a função de buscá-los e reencontra-los. Antes da destruição das Sete Quedas, som, lazer, trabalho se misturavam. Os guairenses: pescadores, taxistas, guias turísticos [...] dizem que os sons das águas se fazem presentes em suas recordações. Muitos trabalhavam, repousavam, passeavam, apreciando os sons das cachoeiras (2006, p. 112).

Do seu ponto de vista, a história de vida dos munícipes guairenses passou por bruscas transformações físicas a partir das especulações que nortearam a formação do reservatório que daria origem a Hidroelétrica de Itaipu. Sua pesquisa traduziu a "luta pelo direito à memória, à fala e à interpretação [...] à prática que questiona, de forma insistente, o projeto de modernização imposto à região, de tão alto preço [...]" para a população residente. Para eles a "memória" e a "oralidade" continuam sendo suportes que definem seus laços identitários, porque unem "o passado e ao presente" e põem "em seu lugar o valor de cada experiência não contada na história oficial" (SANTOS, 2006, p. 116).

De modo similar, a população residente atingida pelas especulações em torno da construção de usinas no leito do rio Ivaí, demonstra preocupações e temores. Mas, alguns recordam que esse assunto já havia surgido em meados da década de 1980. Precisamente, em 1984, a Companhia Paranaense de Energia, atualmente conhecida como Copel Distribuição S.A. encomendou um inventário do Ivaí; três anos mais tarde, em 08 de janeiro de 1987, o Departamento Nacional de Energia Elétrica ou Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou os estudos finais de inventário hidrelétrico do rio e emitiu a Portaria nº10/DNAEE. O referido documento aventou a exequibilidade da edificação de sete empreendimentos hidrelétricos, nas cidades de Bela Vista do Ivaí, Foz do Alonso, Itatuba, São João do Ivaí, Três Figueiras, Salto Ariranha e Ubaúna, com potencial previsto de 886 megawatts.

Na época, o projeto não se concretizou em decorrência das questões postas pela legislação ambiental de 1986 e pela Constituição Federal de 1988, como comentou o jornalista Edson Osvaldo Melo[31]. A proposta supracitada não se adequava ao projeto do setor elétrico instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso – modelo que

[31] Conforme depoimento de Melo, no jornal *O diário do Norte do Paraná, de* 20/09/2008, p.1.

basicamente visava à expansão da geração de energia elétrica por meio da construção de usinas, concedidas à iniciativa privada.

O anseio de gerar energia elétrica através do Ivaí seria retomado apenas em 2009, quando foi encaminhado à ANEEL um protocolo que partiu da iniciativa das empresas ERSA - Energias Renováveis, J. Malucelli Energia e Minas PCH, e cujo teor solicitava a revisão dos estudos de inventário da bacia hidrográfica do rio, com vistas a reavaliar e identificar seu "Potencial hidro energético".

Como argumento, a petição assinalava o compromisso de respeitar as "particularidades ambientais existentes na sua Bacia, identificadas nos estudos de Meio Ambiente realizados na região" e tomar como referencial a "Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Paranaíba", elaborada pela Empresa de Pesquisa de Energética (EPE) (MINAS PCH, 2009, p. 2). Segundo o laudo, mais de vinte municípios seriam impactos, caso a edificação de barragens se concretizassem nas cidades de Borrazópolis, Branco do Ivaí, Cândido de Abreu, Fênix, Grandes Rios, Icaraíma, Ivaté, Ivatuba, Ivaiporã, Japurá, Jussara, Jardim Alegre, Lidianópolis, Manoel Ribas, Paraíso do Norte, Prudentópolis, Querência do Norte, Santa Monica, São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí, Tapira e Turvo (Idem, p. 6).

No mesmo ano, a Superintendência de Gestão e Estudos hidro energéticos da ANEEL, no Despacho nº3664, deferiu a solicitação de revisão de estudo do referido rio. A partir desse momento, as empresas envolvidas realizaram sondagens minuciosas quanto ao aproveitamento do potencial hidroelétrico, através de técnicos especializados responsáveis pela execução de perfurações, de levantamentos topográficos e da medição dos níveis de água do Ivaí, em distintos pontos (MINAS PCH, 2011, p.1) [32]. Porém, seria aprovado tecnicamente somente nos meses iniciais de 2011.

Como lembra Ribeiro (2012, p.365), essa alternativa considerada "sustentável" de obter energia constitui um dos recursos prediletos das empresas de capitais privados investidoras nesse setor, porque o empreendimento apresenta baixo custo e pode propiciar o efeito cascata. Em outros termos, isso implica na construção de inúmeras barragens em toda a extensão do rio e o acúmulo de impactos socioambientais na bacia hidrográfica. Além disso, apenas a movimentação em torno da concepção e aprovação

[32] Apresentação final dos Estudos de Revisão do Inventário Hidrelétrico no rio Ivaí, recebeu o aceite técnico no inicio de 2011. O ofício encaminhado pelas proponentes para o órgão responsável corrobora a hipótese de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no curso do rio Ivaí, ou seja, "[...] projetos com menor capacidade de geração de energia elétrica e de área inundada" (REZENDE, 2012,145). As empresas reclamam o direito de preferência garantido pela Resolução nº 393/98, que concede 40% do potencial inventariado para os responsáveis pelo estudo, desde que seja PCH.

de projetos dessa natureza pode render milhões de reais, pois se cria um "mercado de venda de projetos de usinas".

Sem sobra de dúvidas, os laudos técnicos relativos ao empreendimento econômico geraram ótimas impressões e criaram expectativas de crescimento regional. Contudo, indaga-se: quais seriam os prejuízos ambientais causados pelo projeto? Como este iria interferir nos modos de viver das populações das cidades atingidas?

Os efeitos das especulações

A hipótese sobre as possibilidades de construção de barragens e usinas ao longo o rio Ivaí adquiriam grande impacto entre as populações residentes nos municípios a serem atingidos. Não ao acaso, seria criado em 2012, o movimento social denominado *Pró Ivaí/Piquiri,* com vistas a promover a aproximação entre as pessoas da região, estimular discussões sobre os prós e contras de tais interferências no leito do rio, as conseqüências das barragens em outros rios como, por exemplo, o Paraná.

Um dos resultados mais promissores da mobilização dessas pessoas se inscreveu na proposta de declarar todo o território municipal banhado pelo Ivaí como um bem patrimonial – proeza realizada por meio de projetos leis nos municípios de Fênix, Itambé, Lidianópolis, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. Por conseguinte, a proposta de tombamento do rio Ivaí acabou surgindo como item de pauta na Assembleia Legislativa do Paraná, mas, como era de se esperar, não houve a aquiescência dos parlamentares e o projeto acabou sendo arquivado (ALEP, 2008, p.1).

Provavelmente, um dos entraves da proposta do Projeto Lei n°62/2008 que mais pesou contra sua aprovação, centrou-se no teor do seu artigo segundo, onde ficou prescrita a proibição de se promover "[...] instalações de obras ou empreendimentos que, isolada ou conjuntamente," viessem "a alterar de forma significativa as condições naturais do rio [...]". Portanto, obviamente, se a lei fosse aprovada, seria embargada toda e qualquer iniciativa que aventasse a possibilidade do uso do Ivaí para a produção de energia elétrica, uma vez que a preservação de toda a extensão do rio estaria garantida.

Ora, segundo o Movimento Pró Ivaí/Piquiri, a preservação dos rios objetivava a sua ampla proteção e a garantia do uso por parte da população. Por esta razão, os militantes procuram conscientizar a população asseverando que tudo poderá ser transformado em reservatório, assim, o sítio arqueológico de Fênix, as plantações, as moradias, os ranchos, as corredeiras e cachoeiras ficarão submersos.

A paisagem ribeirinha e seu entorno, impregnados de memórias e vivências, poderão dissipar-se ou desaparecer em decorrência da construção de barragens. Impactadas com esse diagnóstico, as pessoas manifestaram seu pesar frente a iminente situação. Emocionada, a Sra. Rosa Michelan declarou:

> Eu nasci e me criei na beira do rio Ivaí. O barulho da correnteza me avisa do que está para acontecer, quando as água ficam revoltas isso indica que já está chovendo na cabeceira... Ah! Que tristeza dá só de pensar que o rio pode se calar [...] [33].

A fala da professora aposentada catalisou efeitos simbólicos que se manifestaram também nas ponderações da dona de casa, Sra. Maria Pangoni:

> Quando chove forte, nós se prepara pra recolhê as traia e sobe a mobília, a geladera e tudo... [longo silêncio]. Quando ela passa, a água baixa e nós voltamos pro nosso lugar... Lugar onde crescemos e formamos família [...]. O rio é tudo prá nois, ele avisa o tempo de planta e de colhê. Mas se alagar tudo o que acontece? Pra onde vão os passarinhos? Pra onde vão os periquitos, as garças que veem de longe visitar nós na beira do rio. Elas veem de muito longe... E os canarinho, as andorinha também [...] O rio é tudo pra nós[34].

A entrevistada demonstra nervosismo com a possibilidade de construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas no rio Ivaí, porém, isso não parece infundado. Os militantes do Pró Ivaí/Piquiri já vem realizando reuniões com as populações ribeirinhas e com autoridades municipais com a finalidade de debater denúncias de que os referidos empreendedores já teriam recebido a licença do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e já se cogitava a desapropriação das áreas de várzea e fundos de vales, inclusive com propostas de compra de terras nas proximidades dos rios Ivaí e Mourão, também conhecido por rio da Várzea. Consta que teriam sido oferecidos até "1.200 sacas de soja por alqueire e até mesmo renda vitalícia aos proprietários" dessas áreas. Mas, nenhum dos proprietários ou os membros do Movimento Pró Ivaí/Piquiri teriam tido acesso ao "suposto contrato de promessa compra" [35].

---

[33] Comentário da Professora aposentada, senhora Rosa Michelan, capturado na saída da reunião realizada em Barbosa Ferraz, no dia 15 set. 2012.

[34] Comentário da Sra. Maria Pangoni, capturado na saída da reunião realizada em Barbosa Ferraz, no dia 15 set. 2012.

[35] Na reunião realizada em Engenheiro Beltrão, em 01 de setembro de 2012, estiveram presentes membros da comunidade local, a bióloga Rosa Dias, doutorandos do PEA-UEM, além do Pe. Zenildo, presidente do conselho do Caritas - Paraná, de Mandaguari, entre outros.

Na mesma data, os integrantes do Movimento supracitado foram recepcionados pela população de Ivatuba, na Casa da Cultura local, onde se reuniram cerca de 60 pessoas daquela cidade, e também, dos municípios de Itambé, Floresta e Dr. Camargo. Nessa tarde, o debate se ateve às questões relativas aos efeitos de barramentos para fins de produção de energia elétrica no rio Ivaí e foram marcados outros encontros nas cidades banhadas pelos referidos rios.

A despeito do projeto das hidrelétricas aniquilarem o patrimônio cultural e ambiental da cidade de Fênix, uma vez que a localidade preserva os resquícios de Vila Rica do Espírito Santo, uma antiga cidade colonial que carrega parte da história do Paraná, todos os municípios de uma forma ou de outra serão atingidos e terão perdas.

Algumas considerações

A natureza dialógica do discurso produzido a partir do trabalho com a história oral possibilitou o encontro com os sujeitos aqui referidos e do encontro entre pesquisadores e entrevistados resultou um trabalho "conjunto", no qual "aquele que ouve e aquele que relata tem igual valor" (PORTELLI, 2001, p. 9). Também por esta razão optou-se pela transcrição exata dos depoimentos e entrevistas, de modo a interferir o menos possível na oralidade das falas.

A ameaça à preservação do patrimônio arqueológico e ambiental é fato cada vez mais recorrente na atualidade, mas não pode deixar de consternar a sociedade contemporânea. Assim, se buscou acompanhar, desde o início, os desdobramentos que a construção de pequenas unidades hidrelétricas no leito do rio Ivaí poderá gerar, e através, das metodologias da história oral reunir fontes para futuros projetos de investigação, além de organizar outros documentos como matérias jornalísticas, fotografias, leis que tratam do assunto. De todo modo, registra-se aqui o perigo eminente de que o patrimônio natural e arqueológico de *Villa Rica Del Espiritu Santo* sucumba aos interesses do capital privado e que as memórias dos sujeitos históricos que habitam as imediações do rio sejam submersas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILLAR, Jurandir Coronado. Paróquia São José de Campo Mourão: Território Eclesiástico. In: MEZZOMO, Frank Antônio; HAHN, Fábio André; PÁTARO, Cristina

Satiê (orgs). *Constituições de territórios paranaenses: olhares da história.* Campo Mourão: Ed. FECILCAM, 2012.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

AUMONT, J**.** *A Imagem.* Campinas: Papirus, 2006.

BORDIEU, Pierre. *La definición social de la fotografia: la fotografia un arte intermedio.* México: Editora Nueva Lente, 1979.

FILIPACK, Francisco. *Dicionário Sociolinguístico Paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. "A construção do patrimônio: perspectiva histórica". In*: O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ – IPHAN, 1997.

HARTMANN, Luciana. *"Aqui nessa fronteira onde tu vê beira de linha tu vai ver cuento..." Tradições orais na fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai.* (Tese de Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

IBGE. Cidades. Fênix – PR. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 10/08/12.
MANIERI, Daiany Duarte. *Comportamento morfoestrutural e dinâmica das formas do relevo da bacia hidrográfica do rio São Pedro, Faxinal, PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2010.

MOTA, Lúcio Tadeu. Campo Mourão: os Territórios do Cacique Kuaracibera dos Guarani, ou os Pahy-Ke-Rê dos Kaingang, ou os Campos do Mourão dos Conquistadores Portugueses In: MEZZOMO, Frank Antônio; HAHN, Fábio André; PÁTARO, Cristina Satiê. (orgs). *Constituições de territórios paranaenses: olhares da história.* Campo Mourão: Ed. FECILCAM, 2012.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Org.) *Maringá e o Norte do Paraná.* Maringá: EDUEM, 1999.

PAROLIN, Mauro; VOLKMER-RIBEIRO, Cecília; LEANDRINI, Josimeire Aparecida. *Abordagem ambiental interdisciplinar em bacias hidrográficas no Estado do Paraná.* Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2010.

PARELLADA, Claudia Inês. *Villa Rica Del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná*. Monografia (Especialização em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

_____. *Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos da cidade colonial espanhola de Villa Rica Del Espiritu Santo/Fênix-PR.* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná, 1997.

PELEGRINI, S. C. A.; NAGABE, F.; PINHEIRO, Áurea, P. (Orgs.). *Turismo & Patrimônio em tempos de globalização.* 1. ed. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2010.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de história oral.* São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____História oral como gênero. *Projeto História,* São Paulo, n. 22, jun. 2001, p. 9-36.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 25-39.

PRO IVAÍ-PIQUIRI. Disponível em:< http://www.facebook.com/proivaipiquiri>. Acesso em 10/06/2013.

RODRIGUES, João Paulo Pacheco. *O patrimônio cultural de Ivatuba e a celebração de Nossa Senhora das Águas.* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2012.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Gênese do Guairá: Caminhos, Fronteiras e Território. In: MEZZOMO, Frank Antônio; HAHN, Fábio André; PÁTARO, Cristina Satiê. (orgs). *Constituições de territórios paranaenses: olhares da história.* Campo Mourão: Ed. Fecilcam, 2012.

SILVÉRIO GANDARA, Gercinair (Org.). *Natureza e Cidades: o viver entre águas doces e salgadas.* 1ed. Goiânia: PUCGO, 2012, v. 1.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

PEREIRA, Walter. Construção de hidrelétrica gera apreensão em Fênix. *Jornal Tribuna do Interior*. Campo Mourão, 13/07/2012. Cidades, p.5.

MELO, Edson Osvaldo. O ultimo rio Intocado, Ivaí é alvo de hidrelétricas**.** *Jornal O diário do Norte do Paraná.* Maringá, 20/09/ 2008.

VALSECCHI, Ivy. Polícia Ambiental de Maringá resgata pessoas e animais ilhados por causa das enchentes em Floresta e Ivatuba. Disponível em site: http://maringa.odiario.com/parana/noticia/754817/ Acesso em 27/06/2013.

Volume de Chuvas em junho foi cerca [...] Disponível em site: http://maringa.odiario.com/maringa/noticia/755694/volume-de-chuvas-em-junho-foi-cerca-de-140-superior-a-media-para-o-mes/ Acesso em 30/06/2013.

DOCUMENTOS TÉCNICOS

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Ocidental, Paranaense*. Curitiba: BRDE, 2004.

MINAS PCH S/A; J. MALUCELLI ENERGIA S/A; ERSA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. *Comunicado de Execução de Serviço*. Minas Gerais, 2011.

FÊNIX. *Projeto de Lei nº 37 de 06 de agosto de 2012*. Declara o trecho do Rio Ivaí que banha o território do Município de Fênix, Patrimônio Paisagístico, Ecológico, Cultural e Turístico e dá outras providências.

PROJETO Lei n°62/2008

PUBLICAÇÃO Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

DEPOIMENTOS ORAIS E ENTREVISTAS

Depoimento de Melo, no jornal *O diário do Norte do Paraná, de* 20/09/2008, p.1.

Depoimento da Professora aposentada, senhora Rosa Michelan, capturado na saída da reunião realizada em Barbosa Ferraz, no dia 15 set. 2012.

Depoimento da Sra. Maria Pangoni, capturado na saída da reunião realizada em Barbosa Ferraz, no dia 15 set. 2012.

Entrevista André Moreira, realizada no dia 8 de julho de 2013, em Ivatuba, com 30 min de duração.

Entrevista com a senhora Mel Abreu, realizada no dia 8 de julho de 2013, concedida no abrigo do Centro de Convivência Municipal a João Paulo Pacheco Rodrigues, em Ivatuba, com duração de 30 min duração.

Entrevista com Sr. João Gonçalves realizada no dia 28 de junho, Floresta, com duração de 23 min .

Entrevista com Sr. Manuel Rodrigues (59 anos), realizada no dia 29 de julho de 2013, na praça central da cidade de Mirador, com duração de 01h45 min.

Entrevista com o Sr. José Rodrigues (68 anos), realizada no dia 29 de julho de 2013, na praça central da cidade de Mirador, com duração de 01h45 min .

Entrevista com o Sr. Térsio Pangoni, concedida no portão da residência situada de fronte à pracinha da cidade de Floresta, no dia 28 de junho, Floresta. Tempo de duração: 55 min.

Artigo recebido em 30/8/2013
Artigo aceito em 18/12/2013